

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.734.203 - RS (2018/0080330-2)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADO : ALISSON DOS SANTOS CAPPELLARI E OUTRO(S) - RS046946**  
**RECORRIDO : JOSE ERICO TEIXEIRA MACHADO - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : MATHEUS VARGAS TEIXEIRA MACHADO - INVENTARIANTE**  
**RECORRIDO : JANAINA VARGAS TEIXEIRA MACHADO**  
**RECORRIDO : JULIANA VARGAS TEIXEIRA MACHADO**  
**RECORRIDO : NATHALIA VARGAS TEIXEIRA MACHADO**  
**ADVOGADOS : TIAGO FREITAS SANTOS - RS057736**  
**RICARDO LUIS PASQUALOTTO - RS060940**  
**HILÁRIO FRANCISCO SALVATORI JUNIOR E OUTRO(S) - RS095735**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 523):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA. CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA. COMPROVANTE DO PAGAMENTO.  
INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.

. As disposições do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis às instituições financeiras, segundo jurisprudência majoritária. Para a inversão do ônus da prova é necessária a presença dos pressupostos elencados no art. 6º, VIII do CDC.

. Na hipótese, a parte agravante desincumbiu-se da comprovação mínima do fato constitutivo de seu direito viabilizando o processamento de sua pretensão.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (fls. 544/545).

Nas razões do apelo (fls. 552/563), a parte insurgente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 319, inciso IV, 320, 373, inciso I, 1.022 e 1.025 do Código de Processo Civil; e 6º, VII, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta, em síntese:

a) para terem direito à correção do saldo de cédulas de crédito rural, em razão da superveniência de planos econômicos, os autores deveriam ter comprovado o pagamento dos títulos, mostrando-se indevida a inversão do ônus probatório com base no art. 6º, VIII, do CDC; e

b) o CDC não pode ser aplicado a causa cujo fundamento seja fato ocorrido em 30/04/1990, antes da vigência desse diploma.

Admitido o apelo, os autos subiram ao exame do STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. A tese segundo a qual o CDC seria inaplicável à espécie, pois editado após a ocorrência dos fatos que dão suporte à demanda, não foi debatida na origem, não obstante a sua provocação por meio dos segundos embargos declaratórios (fls. 347/356). Assim, como a parte deixou de alegar, **fundamentadamente**, possível ofensa ao art. 1.022 do NCPC, resta incidente ao caso o óbice da Súmula 211/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REAVALIAÇÃO DO IMÓVEL APÓS A ADJUDICAÇÃO. NÃO CABIMENTO. QUESTÃO PRECLUSA. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 83/STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "em qualquer das hipóteses previstas nos incisos do artigo 683 do Diploma Adjetivo Civil, o pedido de reavaliação do bem penhorado deverá se dar antes da sua adjudicação ou alienação. Tendo, in casu, o pleito sido requerido quando já ultimado o ato expropriatório (após a arrematação) não há como afastar a sua preclusão" (REsp 1.014.705/MS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/8/2010, DJe de 14/9/2010). Incidência da Súmula nº 83/STJ.

3. **Não tendo havido o prequestionamento do tema posto em debate nas razões do recurso especial, ainda que opostos os embargos de declaração, incidente o enunciado nº 211, da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.**

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1397272/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 14/06/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. LEI N. 11.232/2005. EXECUÇÃO INICIADA NA VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR SEM A CITAÇÃO DO EXECUTADO. APLICAÇÃO DA NOVA LEGISLAÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "(...) com a entrada em vigor da Lei nº 11.232/2005, quando ainda em curso processo de execução sob o regime da lei anterior, sem que tenha ocorrido a citação do devedor, pode o credor requerer, por simples petição, que o magistrado adote o novel procedimento - com a incidência da multa do art. 475-J do CPC -, ou este, de ofício, deve converter a ação de execução em cumprimento de sentença, adotando, para tanto, o novo ordenamento" (REsp 993.738/SC, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2011, DJe 13/02/2012).

2. **A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem enfrentamento do tema pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 211 do STJ.**

3. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem

revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

4. No caso concreto, para alterar a conclusão do Tribunal de origem de que não houve desídia do credor, seria necessário nova análise da matéria fática, inviável em recurso especial.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1567668/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 17/12/2018)

2. Diante do debate quanto à instrução da ação de execução individual de sentença coletiva, o Tribunal de origem decidiu que a juntada aos autos da cédula de crédito rural, cujo saldo teria sido subdimensionado pela instituição financeira com a sucessão dos planos econômicos, seria suficiente para o processamento da demanda, exigindo da parte executada, com base no art. 6º do CDC, a prova do inadimplemento do título referido.

Eis a propósito trecho do aresto impugnado (fl. 520/521):

Assim, verificando-se que a parte autora desincumbiu-se da comprovação mínima do fato constitutivo de seu direito, viabilizado está o trânsito de sua pretensão.

Com efeito, está-se diante de fatos ocorridos há muitos anos, sendo portanto compreensível que o exequente não possua mais os documentos comprobatórios.

E não haveria sentido submetê-lo à via administrativa, e mesmo judicial, somente para a eles ter acesso, até porque isso só contribuiria para assearbar ainda mais o judiciário.

Estando os documentos em posse do pretense devedor, terá ele plenas condições para, se for o caso, alegar e provar que não houve o pagamento (ou que não foi realizado nos termos em que alegado), juntando toda a documentação pertinente, até em consonância com o princípio da cooperação, nos termos do artigo 6º do nCPC. A propósito, tendo havido eventual inadimplemento do contrato, a instituição financeira possui e faz uso de todos os meios à sua disposição para a cobrança, sendo tudo devidamente documentado. Não custa registrar que o exequente, de seu turno, está sujeito às consequências processuais de eventual agir indevido.

Como se vê, reformar essa conclusão demandaria o reexame de provas dos autos, sobretudo para verificar se as já juntadas ao processo formariam juízo válido de verossimilhança das alegações da parte exequente. Incidente, nesse ponto, o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO DEMANDADO. 1. O juízo negativo de admissibilidade veiculado na origem não vincula esta Corte Superior por se submeter ao duplo controle. Precedentes.

2. A pretensão recursal encontra óbice no enunciado da Súmula 7 desta Corte Superior, porquanto **rever os elementos que dão suporte à responsabilidade civil e os requisitos para aplicação da inversão do ônus da prova demandaria o reexame do contexto fático-probatório existente nos autos.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1218351/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, **QUARTA TURMA**, julgado em 11/12/2018, DJe 19/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. AÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AFASTAMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte de Justiça, a inversão do ônus da prova é realizada a critério do juiz mediante a verificação da verossimilhança das alegações da parte, de sua hipossuficiência ou da maior facilidade na obtenção da prova, **requisitos cuja apreciação implica análise do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.**

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1272703/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, **QUARTA TURMA**, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018)

Fica mantida a conclusão do acórdão, nesse ponto.

**3.** Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator